



## PODER

# Pacheco adia a instalação da CPI

Numa decisão que agrada ao Planalto, presidente do Senado remarca a instauração do colegiado da próxima quinta-feira para o dia 27. Alegação é de que o feriado de amanhã dificultaria a presença dos parlamentares. Governo usará tempo para tentar tirar Calheiros da relatoria

» JORGE VASCONCELLOS  
» LUIZ CALCAGNO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), comunicou, ontem, aos senadores Otto Alencar (PSD-BA) e Omar Aziz (PSD-AM) que a reunião de instalação da CPI da Covid, antes prevista para a próxima quinta-feira, será apenas no dia 27. A justificativa do parlamentar é de que, em razão do feriado de amanhã, ficaria difícil garantir a presença dos senadores, e ele próprio quer aproveitar esses dias para organizar a assessoria da comissão. O aviso a Otto Alencar foi feito em primeira mão, pelo fato de ser ele o mais velho dos membros do colegiado, encarregado, portanto, de conduzir a sessão até a escolha do presidente e do vice — que será feita de forma semipresencial no dia 27. Aziz foi comunicado porque é o nome indicado para comandar a comissão.

A decisão de Pacheco é um alívio temporário para o governo, que, após fracassar na tentativa de barrar a CPI, terá mais tempo para tentar mudar integrantes do colegiado, com o objetivo de garantir uma correlação de forças menos desfavorável. Dos 11 titulares da comissão, apenas quatro são aliados do presidente Jair Bolsonaro. O Planalto terá mais folga, também, para aprofundar articulações visando à retirada de Renan Calheiros (MDB-AL) da relatoria da CPI. O senador alagoano tem sido alvo de pesados ataques de bolsonaristas nas redes sociais desde que seu nome foi indicado para a função. O próprio parlamentar pediu ao Twitter a exclusão de mais três mil contas vinculadas a essas agressões.

Mesmo com o adiamento da reunião de instalação, os preparativos para os primeiros dias de

### Disputa pela presidência

Apesar de Omar Aziz ter sido indicado para presidir a CPI, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE), aliado do Planalto, se apresentou como independente e, por isso, mais apto a comandar a comissão, na avaliação dele. "Não tenho nenhuma indicação na administração pública, seja municipal, seja estadual ou federal e reafirmo minha total independência ao governo federal. Vou disputar na intenção de atender aos legítimos anseios da sociedade, que espera que a CPI tome rumos justos", frisou. "O povo não quer palanque político eleitoral para 2022. A CPI precisa ser muito técnica e buscar toda a verdade, não apenas parte dela."

funcionamento da CPI poderão ser de forte pressão sobre o governo. Além de requerimentos para a convocação do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de ex-ocupantes da pasta e do ex-chanceler Ernesto Araújo, senadores pretendem ouvir o titular da Economia, Paulo Guedes. Outra discussão em curso é a possibilidade de compartilhamento de informações com a CPMI Mista (CPMI) das Fake News, com o objetivo de apurar a disseminação de notícias falsas sobre vacinas e outros assuntos relacionados à pandemia.

Além de focarem nas deficiências no combate à crise sanitária, integrantes da comissão pretendem analisar o auxílio emergencial pago pelo governo, cujo valor consideram baixo: R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da composição da família beneficiada. Para isso, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do requerimento que originou a CPI e titular do colegiado, defende a convocação de Guedes.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Rodrigo Pacheco disse que aproveitará os próximos dias para organizar a assessoria da comissão

Outro titular da comissão, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) admitiu, em entrevista ao *Correio*, a possibilidade de uma convocação do titular da economia, "dependendo da circunstância em que esse requerimento for apresentado". O parlamentar amazonense disse esperar que a CPI, além de apurar responsabilidades pelo fracasso no enfrentamento da pandemia, contribuirá para corrigir a atuação do governo.

"Essa é uma CPI diferente das outras, porque ela acontecerá em plena pandemia, não é uma CPI sobre fatos acabados. A pandemia está, lamentavelmente, em plena potência e com mais de três mil mortos, em média, por dia. Então, vai apurar omissões, erros, até negligência das várias esferas do poder público.

Mas, ao mesmo tempo, poderá apontar caminhos, ser propositiva, afirmativa. Portanto, eu tenho uma expectativa muito grande", justificou.

A opinião é compartilhada pelo senador Humberto Costa (PT-PE), também titular do colegiado. "Eu acredito que dará tempo para que a atuação da CPI consiga fazer com que o governo adote uma mudança de rumo e atue de uma melhor forma no combate à pandemia", ressaltou.

### Fake news

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), um dos suplentes da comissão, é presidente da CPMI das Fake News, que está com as atividades suspensas em razão da pandemia. O colegiado

que ele lidera também é motivo de preocupações para o Planalto. Formada por deputados e senadores, a comissão tem entre os alvos dois filhos de Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) e o deputado Eduardo Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Angelo Coronel acredita que poderá haver uma troca de informações entre as duas comissões de inquérito, sobretudo em relação à veiculação de notícias falsas sobre vacinas e outros assuntos ligados à crise sanitária. "Um dos focos da nossa CPMI (das Fake News) é a questão de pessoas que atentam contra a vida descaracterizando as vacinas. Vamos abrir essa investigação para ver se são os mesmos que já descobrimos lá atrás", destacou.

## Anticrime: vetos são derrubados

O Senado confirmou, ontem, votação da Câmara pela derrubada ao veto (VET) 56/2019, que barrou 24 dispositivos do pacote anticrime. Sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, a Lei 13.964, de 2019, modifica a legislação penal. Com o resultado no Congresso, os 24 dispositivos serão inseridos na lei. Os textos vão à promulgação pelo Planalto.

O projeto aprovado pelo Congresso (PL 6.341/2019) previa pena de 12 a 30 anos para os casos de homicídio cometido com uso arma de fogo de uso restrito ou proibido. Bolsonaro vetou esse dispositivo por entender que a medida "viola o princípio da proporcionalidade entre o tipo penal descrito e a pena cominada".

O texto original triplicava a pena para crimes cometidos ou divulgados em redes sociais ou na rede mundial de computadores. Para Bolsonaro, a medida viola o princípio da proporcionalidade. Além disso, segundo o presidente, a legislação atual já permite o agravamento da pena em um terço "na hipótese de qualquer dos crimes contra a honra ser cometido por meio que facilite a sua divulgação".

Bolsonaro tinha vetado, também, a medida que autorizava a utilização de gravação feita por um dos interlocutores, sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, desde que demonstrada a integridade da gravação. (Agência Senado)



## Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Entre a cruz e a caldeirinha

A velha expressão lusitana que intitula a coluna vem a calhar por causa da situação em que estamos. Sua origem é do tempo em que as pessoas morriam em casa, com um crucifixo sobre o peito e água benta junto aos pés, ou seja, seu significado original era estar moribundo, entre a vida e a morte, mas foi abrandado com o tempo: hoje, nos remete à situação angustiante, que, depois de vencida, nada resolve, porque outra lhe sucede. Essa é situação do presidente Jair Bolsonaro, entre o Orçamento aprovado pelo Congresso e a CPI da Covid, que tiram seu sono no Palácio da Alvorada.

Com o ministro da Economia, Paulo Guedes, Bolsonaro tenta uma saída para não desmantelar o acordo feito com o Centrão na Câmara, que foi atropelado no Senado. O relatório do senador Marcio Bittar (MDB-AC) estourou o teto de gastos, pressionado pelo ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP). Presidente do Congresso, o senador Ro-

drigo Pacheco (DEM-MG) lavou as mãos sobre o Orçamento e, agora, está em apuros, porque o governo o pressiona para adiar a instalação da CPI da Covid, enquanto não se chega a um acordo em relação aos mais de R\$ 20 bilhões em emendas parlamentares incluídas no Orçamento. A conta da eleição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era R\$ 16 bilhões. Bolsonaro fará vetos para não correr o risco de ser acusado de irresponsabilidade fiscal, mas o alcance dos vetos depende dessas negociações.

O acordo proposto por Guedes prevê um extrateto orçamentário de R\$ 100 bilhões, a pretexto de combater a epidemia da covid-19. Além dos R\$ 16 bilhões em emendas parlamentares, para obras escolhidas a dedo pelo Centrão, seriam destinados R\$ 42 bilhões à compra de vacinas (sendo R\$ 20 bilhões em restos a pagar), mais R\$ 10 bilhões com o Bem (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) e R\$ 5 bilhões

do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). Entretanto, para isso, é preciso aprovar uma emenda à LDO que desobrigue o governo de medidas compensatórias, para Bolsonaro não infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal. O problema é que isso aumentará ainda mais a dívida pública, mesmo com o governo bloqueando gastos não obrigatórios, como o orçamento da Defesa.

### Investigações

A outra dor de cabeça de Bolsonaro é a CPI da Covid, que está sendo dominada pela oposição. O futuro presidente da CPI, indicado pela maior bancada, é

**"CPIs têm poder de polícia, podem fazer acareações e quebras de sigilo, convocar ministros e toda a equipe de governo. Podem virar o Inferno de Dante"**

quem domina as investigações criminais. CPIs têm poder de polícia, podem fazer acareações e quebras de sigilo, convocar ministros e toda a equipe do governo. Podem virar o Inferno de Dante, cuja imagem é a de um cone invertido, dividido em círculos. No início, no círculo maior, estavam aqueles que não foram batizados e que não conseguiam reconhecer o próprio erro. Seguem os círculos daqueles que pecaram por incontinência. Esses estão no limbo.

Há um círculo para os que se entregaram à luxúria, outro para os que se deixaram dominar pela gula; em seguida, para os avaros e os pródigos (ou seja, para quem não gasta nada e para quem gasta muito); depois, um círculo para os iracundos e cheios de rancor, e por fim, para os hereges. Há círculos para: assaltantes, suicidas, blasfemos, sodomitas e usurários. Círculos para os rufiões (aqueles que exploram a prostituição), os adulateiros e lisonjeadores. Para os que vendem milagres, traficantes, hipócritas, fingidos, mentirosos; para os ladrões, os falsários, os maus conselheiros e os intrigantes. Por último, os traidores. São os piores.